



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 3/2019, em que é recorrente **Paulo Jorge Barbosa Monteiro** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 14/2019

I – Relatório

1. **Paulo Jorge Barbosa Monteiro**, melhor identificado nos autos do Recurso do Amparo n.º 3/2019, não se conformando com a dilação da decisão do recurso que disse ter interposto junto do Venerando Supremo Tribunal de Justiça, desde o mês de outubro de 2014, veio interpor recurso de amparo constitucional, com base nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, alegando, em síntese, que:

1.1. Foi julgado e condenado no âmbito do processo comum ordinário n.º 67/14, cuja sentença foi prolatada a 13 de outubro pelo Tribunal da Comarca de Santa Catarina;

1.2. Não se conformando com a decisão condenatória, mas não dispondo de condições económico-financeiras para constituir um advogado, solicitou à Ordem dos Advogados de Cabo Verde que o nomeasse um defensor;

1.3. Tendo-lhe sido nomeado um advogado, este terá apresentado o recurso junto do Supremo Tribunal de Justiça. Segundo lhe parece, a demora em obter uma resposta do Supremo Tribunal de Justiça, deve-se ao facto de ser pessoa de poucas posses e ter-lhe sido nomeado um advogado que no seu entendimento não tem boa aceitação social;

1.4. Termina o seu arrazoadado, dizendo que por estar preso desde 2014 e não ter obtido até então qualquer decisão sobre o recurso que interpôs junto do Supremo Tribunal de Justiça, decidiu interpor o presente recurso de amparo constitucional, sem, no entanto, formular pedido de amparo que seja adequado à preservação ou restabelecimento dos direitos, liberdades e garantias alegadamente violados.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República, emitiu o douto parecer constante de fls. 6 a 9 dos presentes autos, tendo feito dought considerações e, em síntese, formulou as seguintes conclusões:

“o recorrente deve ser notificado para juntar os documentos que julga pertinentes e necessários à boa decisão da causa, que indique com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados e termine, formulando um pedido de amparo constitucional, visando preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais que considera violados.

Caso assim se não entenda, que o presente recurso seja rejeitado porque ainda não foram esgotadas todas as vias de recurso oferecidas pelo ordenamento jurídico.”

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo).

II - Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob epígrafe **Tutela dos direitos, liberdade e garantias:**

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo só pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

2. Como em qualquer recurso de amparo, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo, onde se preveem situações em que se não pode admitir um recurso de amparo, sendo as duas primeiras a extemporaneidade e a inobservância dos requisitos estabelecidos no artigo 8.º da referida Lei.

2.1. Antes, porém, de se escrutinar esses pressupostos, importar referir que, depois da instalação do Tribunal Constitucional, é a primeira vez que esta Corte aprecia uma petição de recurso manuscrita e não assinada por um advogado, ou seja, sem patrocínio judiciário. Mas o facto de a petição de recurso não se encontrar subscrita por um profissional do foro não constitui qualquer irregularidade e muito menos razão para a sua inadmissibilidade, atento, designadamente, o disposto no artigo 53.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, segundo o qual: “*nos recursos a que se refere alínea b) do artigo 51.º e em quais outros processos de parte é obrigatória a constituição de advogado.*”

O recurso de amparo *não* é a espécie processual a que se refere a alínea b) do artigo 51.º (*processo de fiscalização concreta da constitucionalidade ou da legalidade*), nem tão-pouco é um processo de partes.

Facilmente se conclui que a constituição de advogado em recurso de amparo não é obrigatória. Vale dizer que a constituição de advogado em recurso de amparo é facultativa, embora seja recomendável.

Apesar de o recurso de amparo poder ser requerido em simples petição, ter carácter urgente e o seu processamento dever basear-se no princípio da sumariedade, há pressupostos, nomeadamente a fundamentação prevista no artigo 8.º da Lei do Amparo, que exigem para o seu preenchimento um certo conhecimento técnico-jurídico de forma que a descrição das condutas impugnadas e o enquadramento jurídico-constitucional se façam em conformidade com as exigências constitucionais e legais.

Anunciados os dois primeiros pressupostos sem os quais não se pode admitir um recurso de amparo, é chegado o momento de os apreciar.

2.2. Tempestividade

O recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais, atento o disposto no artigo 5.º da Lei do Amparo.

Nos casos em que se interpõe recurso de amparo constitucional contra decisões de órgão judicial, o prazo a que se refere o artigo 5.º conta-se da data da notificação do despacho que tenha recusado a violação praticada.

Todavia, pela narração dos factos, presume-se que esteja em causa uma possível violação do direito fundamental à obtenção de decisão em matéria penal no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa.

Se o presente recurso foi interposto de uma omissão de pronúncia ou demora na tomada de decisão, então, não existe um prazo exato nem *dies a quo* a partir do qual se conta o prazo para a apresentação da petição de recurso.

Conforme a decisão constante do Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado no B.O de 8 de agosto de 2017, I Série, n.º 47, *“quando se trata de potencial violação de direitos fundamentais por via de omissão, o recurso deve ser instruído com documentos que se reputam pertinentes para provar que o interessado tenha arguido a violação do direito em termos percetíveis, tenha requerido a sua reparação, mas o órgão judicial não se pronunciou sobre o pedido de reparação em tempo útil.”*

Em situações como a dos autos, considera-se tempestivo o recurso, desde que se junte elementos que permitam concluir que o recorrente denunciou a demora perante quem tem o dever de decidir em prazo razoável, mas não obteve resposta antes de acionar o mecanismo de amparo constitucional.

Acontece, porém, que nos presentes autos, o recorrente não juntou qualquer tipo de documento a partir do qual este Tribunal pudesse analisar, primeiro, que interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça; segundo, que denunciou a demora em termos que o Tribunal *a quo* pudesse decidir a partir da chamada de atenção para a demora na prolação da decisão.

Está-se, pois, perante um caso em que sequer se pode afirmar que existe um objeto suscetível de recurso de amparo, sem que esta questão seja esclarecida.

2.3. Fundamentação nos termos do artigo 8.º da Lei do Amparo. Assim,

1. Na petição o recorrente deverá:

- a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão que terá lesado o seu direito fundamental;*
- b) Identificar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na sua opinião, violou o seu direito fundamental;*
- c) Identificar com clareza o direito que julga ter sido violado, com expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;*
- d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;*
- e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;*

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, consegue-se extrair da petição que o recorrente identificou o Supremo Tribunal de Justiça como a entidade que, na sua perspetiva, terá lesado um dos seus direitos fundamentais, embora seja notória a dificuldade em indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais, com expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados, bem como em expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição e formular conclusões.

Importa, ainda, lembrar que nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo:” *a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais.*

Não formulou pedido de amparo para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais alegadamente violados.

Compreende-se que na situação em que se encontra o recorrente tenha dado o seu máximo para apresentar o presente recurso de amparo, o que não quer dizer que lhe estava vedada a possibilidade de solicitar à Ordem dos Advogados que lhe nomeasse um defensor para o assistir.

Não se pode, no entanto, deixar de esclarecer que é uma imposição legal fundamentar o recurso de amparo em termos inteligíveis, bem como juntar documentos necessários para a apreciação dos pressupostos de admissibilidade, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 8.º da Lei do Amparo.

Apesar de ausência desses elementos, não se pode contornar o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei do Amparo, o qual não permite que seja rejeitado um recurso sem que antes se conceda ao recorrente a oportunidade de aperfeiçoar a sua petição, como tem sido feito no âmbito dos Acórdãos de aperfeiçoamento n.º 12/2016, de 23 de junho, n.º 5/2017, de 18 de abril, e n.º 12/2017, de 20 de julho, n.º 14/2017, de 20 de julho, n.º 21/2017, de 5 de outubro, n.º 23/2017, de 9 de novembro, n.º 11/2018, de 22 de maio e n.º 15/2018, de 28 de junho.

III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos, em Plenário, decidem ordenar que seja notificado o recorrente para, querendo, e no prazo de dois dias, sob pena de rejeição do recurso:

1. Juntar elementos que possam servir como prova de que:

a) Efetivamente recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça da sentença que o condenara;

b) A alegada dilação na decisão do seu recurso foi invocada e foi pedida a sua reparação sem que tenha obtido resposta;

2. Reformular a fundamentação, indicando:

a) Com precisão, o ato, facto ou a omissão que na sua opinião, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

b) Com clareza os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais que julga terem sido violados, bem como a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

c) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

d) Formular conclusões;

e) Formular pedido de amparo que entende dever ser-lhe concedido.

Registe e notifique.

Praia, 14 de março de 2019

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 25 de março de 2019.

O Secretário,

João Borges